



**CA CURTO PRAZO**  
FUNDO DE INVESTIMENTO MOBILIÁRIO ABERTO

**RELATÓRIO E CONTAS**  
**JUNHO 2021**

## ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO.....	2
NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS.....	4
PRINCIPAIS EVENTOS.....	6
DESEMPENHO DOS FUNDOS MONETÁRIO E DE CURTO PRAZO.....	8
INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO.....	9
ERROS DE VALORIZAÇÃO.....	11
EVENTOS SUBSEQUENTES.....	12
NOTAS INFORMATIVAS.....	13
BALANÇO.....	16
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS.....	19
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	21
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	24
RELATÓRIO DE AUDITORIA.....	32



## Relatório de Gestão

---

## NOTA INTRODUTÓRIA

O Fundo foi constituído em 1 de abril de 2016 como Fundo de Investimento Mobiliário Aberto CA Curto Prazo, nos termos da lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro.

Desde 1 de outubro de 2017 a responsabilidade pela gestão do Fundo é da IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A..

## SÍNTESE DA EVOLUÇÃO DOS MERCADOS

O primeiro semestre de 2021 foi, em múltiplas dimensões, melhor do que o esperado, não obstante as expectativas elevadas à partida.

Apesar da deterioração da situação pandémica na Europa e em alguns países emergentes, a confirmação dos elevados índices de eficácia das vacinas e a celeridade das vacinações nos países desenvolvidos contribuíram para a antecipação das perspetivas de reabertura das economias. Tal possibilitou a incorporação de menores riscos de *downside* e de sequelas económicas relacionadas com a Covid-19, apesar de “apenas” 24% da população mundial ter recebido, até ao momento, pelo menos uma vacina. Nota ainda para a maior adaptabilidade dos agentes económicos a restrições à mobilidade, o que minimizou o impacto económico das mesmas.

Após uma forte resposta à crise pandémica em 2020, as políticas monetárias dos principais bancos centrais mantiveram-se profundamente expansionistas. A Reserva Federal dos EUA (Fed) manteve o seu ritmo de compras inalterado em 120 mil milhões de dólares/mês, tendo já quase duplicado a dimensão do seu balanço desde o início da pandemia. Apesar da possibilidade de subidas de taxas diretoras em 2023, a retórica continua a incidir quase exclusivamente no objetivo de recuperação económica e do mercado laboral, em oposição aos potenciais riscos inflacionistas.

O continente europeu voltou a estar entre os mais fustigados pela pandemia entre o final de 2020 e o início de 2021. Os riscos económicos relacionados com a reintrodução dos confinamentos justificaram o reforço das compras de ativos pelo Banco Central Europeu (BCE), ao abrigo da flexibilidade do programa PEPP – Pandemic Emergency Purchase Programme, o que contribuiu para a estabilidade das condições financeiras na região.

A atuação dos bancos centrais das economias emergentes foi distinta, assistindo-se a várias subidas de taxas diretoras, maioritariamente relacionadas com a trajetória inflacionista, mas que representam uma reversão apenas parcial dos cortes de taxas de juro ocorridos em 2020.

As políticas orçamentais foram globalmente mais expansionistas que o esperado, particularmente nos EUA. O controlo democrata da agenda económica do Congresso dos EUA permitiu a aprovação de um pacote de estímulos económicos de 1.900 mil milhões de dólares e negociações bipartidárias para dois outros planos económicos que incluem o investimento em infraestruturas e medidas de carácter social relacionadas com cuidados de saúde, educação, licenças maternidade e de assistência à família. Na Europa, o Plano de Recuperação Europeu foi validado e os planos nacionais subsequentemente aprovados, prevendo-se que o respetivo desembolso se inicie entre o final de julho e o início de agosto.

A combinação de perspetivas de reabertura precoce das economias e de políticas monetária e orçamental expansionistas esteve na origem de revisões em alta das estimativas de crescimento económico e da inflação para 2021 e 2022.

Um dos desenvolvimentos de destaque no primeiro semestre de 2021 foi a evolução da inflação. O acréscimo de procura relacionado com a reabertura das economias e as disrupções nas cadeias de abastecimento, a par de efeitos de base e de outros fenómenos temporários, originaram uma aceleração da inflação à escala global.

O enquadramento macroeconómico descrito foi acompanhado por uma propensão para a tomada de risco pelos investidores, ao longo do primeiro semestre de 2021.

As expetativas inflacionistas subiram, o que justificou rendibilidades negativas no rendimento fixo. Este fenómeno revelou-se particularmente penalizador para a dívida governamental. O desempenho da dívida periférica europeia (Grécia, Itália, Espanha e Portugal) foi ainda assim beneficiado por estreitamentos do prémio de risco face à Alemanha, fruto da atuação do BCE, da criação do Plano de Recuperação Europeu e da evolução favorável das perspetivas económicas para a região.

A melhoria dos fundamentais, a queda dos incumprimentos, os menores volumes de emissões e o suporte da política monetária contribuíram para o estreitamento dos *spreads* do crédito para mínimos históricos, com destaque para a forte compressão nos segmentos de menor qualidade creditícia.

A trajetória de apreciação do dólar, a subida da taxa de juro dos EUA e o menor sucesso na vacinação dos emergentes (e dificuldades na contenção da pandemia) pressionaram o desempenho da dívida de mercados emergentes.

Inversamente, os mercados acionistas assinalaram ganhos pronunciados e generalizados no primeiro semestre de 2021, quase exclusivamente relacionados com perspetivas mais otimistas para os resultados empresariais. A retoma económica global e a subida das expetativas inflacionistas beneficiaram os títulos e os índices de natureza mais cíclica, entre os quais as ações europeias.

Nos mercados cambiais, a moeda única europeia depreciou face à libra britânica e ao dólar, mas valorizou face às divisas de refúgio (iene e franco suíço). O dólar norte-americano esteve em destaque no semestre, impulsionado pelo superior desempenho da economia doméstica e por expetativas de remoção de estímulos pela Fed. Pese embora as valorizações ainda historicamente atrativas, as moedas de mercados emergentes estiveram pressionadas.

A reabertura económica, as disrupções nas cadeias de abastecimento e o desequilíbrio entre procura e oferta resultaram em valorizações expressivas das matérias-primas nos primeiros seis meses do ano. O índice agregado de matérias-primas valorizou mais de 25%. A principal exceção foram os metais preciosos, que se mostraram vulneráveis ao ambiente de subida de taxas de juro.



## PRINCIPAIS EVENTOS

### Criação da Categoria R e inclusão de novas entidades comercializadoras

Em março foi aprovada pela CMVM a criação de uma nova categoria de unidade de participação (Categoria R) e a inclusão do Bison Bank, S.A. e do Banco Invest, S.A. como novas entidades comercializadoras.

Em abril foi aprovada pela CMVM a inclusão do Banco de Investimento Global, S.A. como nova entidade comercializadora das unidades de participação da categoria R do fundo IMGA Ações Portugal.

### Atualizações dos documentos constitutivos dos fundos IMGA

Em fevereiro foi concluído o processo da primeira atualização anual dos Prospetos e dos documentos com as Informações Fundamentais destinadas aos Investidores (IFIs) de toda a oferta de fundos da IMGA.

Em março, com a entrada em vigor do Regulamento (EU) 2019/2088, do Parlamento Europeu e do Conselho (*Sustainability Finance Disclosure Regulation – SFDR*), os Prospetos dos fundos foram alterados para incorporarem as menções ao risco em matéria de sustentabilidade.

Em maio foi concluída a segunda atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2020.

Ao longo do primeiro semestre de 2021 foram ainda efetuadas alterações relacionadas com a prorrogação das reduções da comissão de gestão, acomodando o enquadramento atual de taxas de juro em mínimos históricos e tendo sempre em conta a defesa do interesse dos participantes.

### Publicação dos Relatórios e Contas dos fundos geridos pela Sociedade

A 30 de abril foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas dos fundos IMGA.

### IMGA Money Market USD – Alteração da política de investimento

A 29 de janeiro foi aprovada pela CMVM uma alteração à política de investimento do fundo IMGA Money Market USD, por forma a incorporar na sua política de investimento a possibilidade, já prevista na lei, de o fundo poder investir até 100% em ativos emitidos ou garantidos numa única entidade, designadamente até 100% dos seus ativos em instrumentos de mercado monetário emitidos ou garantidos por governos soberanos de Estados-Membro da OCDE, entidades supranacionais e organizações supranacionais onde os Estados Unidos ou pelo menos um Estado-Membro da União Europeia participe.

## **IMGA Liquidez – Alteração da política de investimento**

Em maio foi aprovada pela CMVM uma alteração à política de investimento do fundo IMGA Liquidez, possibilitando o investimento em títulos de dívida subordinada, até um máximo de 5% do VLGF.

## **Novos Órgãos Sociais**

Foram aprovados pela CMVM os novos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal que compõem os Órgãos Sociais da Sociedade para o mandato 2021/2023.

## **Fundos de Capital de Risco**

No primeiro semestre foram registados pela CMVM quatro novos Fundos de Capital de Risco estando em fase de preparação a sua constituição.



## DESEMPENHO DOS FUNDOS MONETÁRIO E DE CURTO PRAZO

Os fundos categorizados como fundos do mercado monetário e de curto prazo são condicionados pela oferta disponível em instrumentos de curto prazo e pelo elevado grau de diversificação a que estão sujeitos.

Neste contexto, a atuação dos bancos centrais durante o primeiro semestre de 2021 no apoio incondicional aos mercados financeiros e na resposta à crise provocada pela Covid-19, tem motivado a permanência das taxas de juro de curto prazo próximas de zero, ou mesmo negativas.

As subscrições líquidas nesta categoria em Portugal ascenderam aos 823 milhões de euros ou 22% do total no final de junho, numa clara adesão dos participantes, que consideraram os fundos como uma boa alternativa aos depósitos à ordem e a prazo. As rendibilidades médias desta categoria oscilaram entre os -0,04% nos fundos monetários e 0,43% nos fundos de curto prazo, segundo dados da APFIPP.

Não obstante a diminuição das taxas de aplicações para períodos muito curtos e que condicionam o desempenho dos fundos monetários e de curto prazo, os fundos geridos pela IMGA conseguiram obter retornos a 12 meses positivos no caso dos fundos de curto prazo e marginalmente negativos no caso dos fundos de mercado monetário.

No final do primeiro semestre de 2021, os fundos IMGA na categoria mercado monetário e de curto prazo apresentaram as seguintes rendibilidades e níveis de risco:

FUNDOS IMGA	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Volatilidade	Risco Classe	Rend. Anual.	Volatilidade	Risco Classe	Rend. Anual.	Volatilidade	Risco Classe
CA MONETÁRIO	-0,05%	0,01%	1	-0,01%	0,01%	1	0,00%	0,01%	1
IMGA MONEY MARKET CAT A	-0,03%	0,01%	1	-0,02%	0,02%	1	-0,02%	0,02%	1
IMGA MONEY MARKET USD CAT A	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CA CURTO PRAZO	0,36%	0,19%	1	-0,10%	0,85%	2	-0,12%	0,67%	2
IMGA LIQUIDEZ CAT A	0,43%	0,14%	1	0,06%	0,40%	1	0,02%	0,32%	1

O IMGA Money Market em USD não tem rendibilidade a 1 ano. Fonte: APFIPP, 30 de junho de 2021

## INFORMAÇÃO RELATIVA À GESTÃO DO FUNDO

O primeiro semestre do ano 2021 foi caracterizado por uma recuperação económica global liderada pelos EUA, devido aos progressos da vacinação e da sua eficácia, com os indicadores macroeconómicos de consumo, investimento e crescimento do PIB a apresentarem sinais positivos face à recessão global originada pela pandemia Covid-19 durante o ano 2020.

A recuperação económica originou inicialmente pressões inflacionistas no setor energético, nomeadamente no petróleo, e posteriormente receios de inflação genérica devido às interrupções nas diversas cadeias de produção originadas pela falta de matérias-primas, que também apresentaram um aumento significativo dos preços. O indicador de emprego, apesar de registar melhorias, continua a apresentar uma recuperação mais fraca. Perante este cenário económico e a possibilidade do início antecipado do *tapering* do *quantitative easing* pela Fed, as taxas de juro americanas apresentaram uma forte subida no primeiro trimestre, com as taxas de juro na Europa a acompanharem este movimento com um desfasamento temporal. Este movimento levou a uma intervenção dos bancos centrais, nomeadamente da Fed e do BCE, em que reiteraram a manutenção das políticas monetárias expansionistas e consideraram o efeito inflação como transitório, centrando a sua atuação na recuperação do indicador económico do emprego.

A atuação da Fed e do BCE, juntamente com o ressurgimento de novas vagas de Covid-19, sendo a mais preocupante a variante Delta, fizeram condicionar o comportamento das taxas de juro. Salienta-se também a melhor perspetiva de resultados das empresas no primeiro semestre e a recuperação das métricas de risco de crédito, o que permitiu a melhoria das notações do risco de crédito das agências de rating e um nível baixo de insolvências. O mercado de emissões de dívida obrigacionista continuou bem suportado, com o segmento *Investment Grade* a beneficiar das compras do BCE.

Durante o primeiro semestre do ano 2021, a estratégia prosseguida na gestão do Fundo CA Curto Prazo baseou-se numa gestão ativa do risco de crédito, do risco de taxa de juro e do risco liquidez, tendo em conta a dimensão da recuperação económica, com o avanço do processo de vacinação, as pressões inflacionistas, a evolução da pandemia com o aparecimento de novas variantes e o aumento da probabilidade da retirada dos estímulos das políticas fiscais e monetárias não convencionais pelos governos e bancos centrais.

Após a forte subida das taxas de juro no primeiro trimestre, o Fundo geriu a sua liquidez de uma forma conservadora, procurando assegurar progressivamente o reinvestimento no risco de taxa de juro e no risco de crédito a remunerações mais atrativas, e privilegiando o segmento *Investment Grade* e em emitentes de setores mais cíclicos. Os setores privilegiados foram os de Consumo, Energia, Matérias-Primas e Financeiro com maturidades de curto e médio prazo de forma a ter o melhor perfil de risco/retorno devido ao estreitamento dos *spreads* da curva de crédito. Durante o primeiro semestre do ano o Fundo manteve os seus níveis de duração baixos.

Apesar de investir apenas no segmento de crédito de melhor qualidade (*Investment Grade*), o Fundo aproveitou alguns períodos de aversão ao risco e de alargamento de *spreads* para adicionar alguns emitentes/setores com maior risco cíclico e obter um potencial de rentabilidade superior.

O desempenho do Fundo durante o primeiro semestre do ano 2021 foi influenciado pela redução dos prémios de risco de crédito, em especial nos setores cíclicos, seguindo-se uma posterior normalização dos *spreads*, e pelo alargamento inicial de *spreads* da periferia da zona Euro, seguido de um estreitamento acentuado. O

segmento de taxa indexada apresentou uma grande estabilidade, não tendo registado desvalorizações expressivas. Por outro lado, a subida das taxas de juro sem risco penalizou a sua performance.

O Fundo continuou a participar ativamente no mercado primário de obrigações de crédito, captando o prémio de risco, e a monetizar em mercado secundário de forma ajustada ao seu perfil de risco/retorno. O Fundo manteve as características defensivas, num enquadramento desafiante para a sua classe.

No final de junho, o Fundo CA Curto Prazo apresentava uma rentabilidade a 12 meses de 0,4%, tendo alcançado um valor líquido global de 16,2 milhões de euros, superior em 9,5% face aos 14,8 milhões de euros em junho de 2020.

O Fundo encerrou o primeiro semestre com vendas líquidas negativas de 160 mil euros, com subscrições de 2,5 milhões de euros e resgates de 2,6 milhões de euros registando uma rentabilidade efetiva de -0,17%.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.

## ERROS DE VALORIZAÇÃO

Em 2021, até ao final do mês de junho, não se registaram erros no processo de valorização das unidades de participação do organismo de investimento coletivo.

## EVENTOS SUBSEQUENTES

No período decorrido entre 30 de junho de 2021 e a elaboração do presente Relatório não se registou nenhum evento assinalável.

## NOTAS INFORMATIVAS

## Fundo de Investimento Mobiliário Aberto CA Curto Prazo

### Elementos Identificativos

**Tipo de Fundo:** Fundo de Investimento Mobiliário Aberto  
**Data de Constituição:** 01 de abril de 2016  
**Sociedade Gestora:** IM Gestão de Ativos -  
 - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.  
**Banco Depositário:** Caixa Central - Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL  
**Valor da Carteira em 30 junho de 2021:** 16 196 M Euros

### EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2016	2017	2018	2019	2020	Jun-21
<b>Rendibilidade</b>	0,1%	0,3%	-1,4%	1,0%	-0,4%	0,4%
<b>Risco (nível)</b>	1	1	1	1	2	1

### POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O OIC procurará proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade próximo das taxas de juro de curto prazo, através de investimentos realizados maioritariamente em instrumentos de baixa volatilidade e maturidade ajustada ao objetivo do OIC.

Ao OIC não serão aplicáveis as regras relativas aos fundos do mercado monetário, designadamente o Regulamento (EU) 2017/1131 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de junho.

O OIC poderá investir designadamente em:

Valores mobiliários representativos de dívida admitidos à cotação em mercados identificados no ponto 1.2;

Valores mobiliários representativos de dívida, recentemente emitidos, cujas condições de emissão incluam o compromisso de que será solicitada a admissão à cotação ou à negociação em bolsa ou em mercados identificados no ponto 1.2, e desde que essa admissão seja obtida o mais tardar antes do final do período de um ano a contar da data de emissão;

Valores mobiliários diferentes dos anteriormente referidos e outros instrumentos representativos de dívida, transacionáveis, que possuam liquidez e tenham valor suscetível de ser determinado com precisão a qualquer momento, até ao limite de 10% do valor global do OIC;

Instrumentos do mercado monetário e Depósitos a prazo.

Ficam expressamente excluídos da política de investimentos:

Instrumentos de dívida com uma maturidade residual superior a 5 anos;

Obrigações e outros valores mobiliários representativos de dívida, cuja estrutura integre instrumentos financeiros derivados

O investimento, direto ou indireto, em ações ou mercadorias

Participações em organismos de investimento coletivo cujo regulamento de gestão não proíba o investimento nos valores referidos neste ponto ou que não respeitem a Diretiva Comunitária n.º 2009/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho de 2009.

O OIC deve deter em permanência um mínimo de 50% do seu valor líquido global investido em valores mobiliários, instrumentos do mercado monetário e depósitos bancários, com uma maturidade residual média ponderada igual ou inferior a 12 meses.

O fundo investirá, no mínimo, 20% do seu valor líquido global em ativos com maturidade residual superior a 2 anos, detendo, em permanência, uma carteira cuja maturidade média ponderada seja superior a 6 meses e cuja duração média ponderada seja superior a 1 ano, ambas na aceção do Regulamento (UE) 2017/1131 do Parlamento Europeu e do Conselho de 14 de junho.

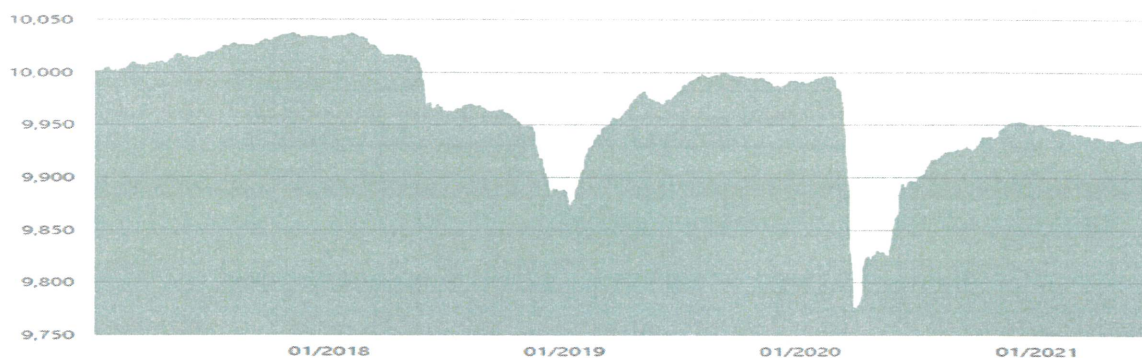
O OIC poderá investir em valores mobiliários de taxa fixa com prazo de vencimento residual superior a 12 meses até ao limite de 15% do seu valor global líquido.

O OIC poderá investir, até 15% do seu valor global líquido, em instrumentos denominados em divisas diferentes do euro, desde que em simultâneo efetue a cobertura do risco cambial através de instrumentos adequados, nos termos deste prospeto.

O OIC poderá investir, até ao limite de 10% do seu valor líquido global, em unidades de participação de outros Organismos de Investimento Coletivo.

A entidade gestora pode contrair empréstimos por conta do OIC, com duração máxima de 120 dias, seguidos ou interpolados, num período de um ano a até ao limite de 10% do valor líquido global do OIC, sem prejuízo da utilização de técnicas de gestão relativas a empréstimos e reporte de valores mobiliários.

## EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES



As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência. Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos. O regime fiscal dos fundos de investimento foi alterado a partir de 01 de julho de 2015 pelo que os valores das unidades de participação divulgados até 30 de junho de 2015 são deduzidos da fiscalidade então suportada pelo fundo mas não têm em consideração o imposto que seja eventualmente devido pelos Participantes relativamente aos rendimentos auferidos no período após essa data. O nível de risco do Fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

## EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2020	30.06.2021
Nº UP's em circulação	5.651.376	4.165.576	3.709.819	3.290.987	3.258.831
Valor Unitário UP (Euros)	5,0201	4,9481	4,9993	4,9788	4,9701

## CUSTOS E COMISSÕES

Região	30-Jun-21		2020		2019		2018	
	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões	Volume / Mercado	Custos de transação e Comissões
Portugal	7.170	0,0	5.837	0,0	10.147	0,0	9.782	0,0
Alemanha	615		400		205		793	
França	905		805		602		2.068	
Dinamarca								
Espanha	1.119		1.218		802		394	
Itália	1.019		1.523		1.305		1.671	
Luxemburgo	700		400		201		314	
Irlanda	200		301		207			
Países Baixos	1.112		1.417		1.217		809	
Suecia			301					
Polónia	100		100		202		200	
sub-total	5.770	0,0	6.467	0,1	4.741	0,2	6.249	0,2
Suíça	653				302		297	
Japão							198	
EUA	718		1.004		1.408		2.459	
Reino Unido	961		809		806		1.128	
China					450			
Jersey					205			
sub-total	2.332	0,0	1.813	0,0	3.171	0,0	2.954	0,0
Total	15.272	0,0	14.117	0,1	18.059	0,2	18.985	0,2



## DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO

30.06.2021

Valores mobiliários	8.254.670
Saldo bancários	7.745.439
Outros ativos	337.010
<b>Total dos ativos</b>	<b>16.337.119</b>
Passivos	140.629
<b>Valor Líquido de Inventário</b>	<b>16.196.491</b>

## TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
<b>1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>							
M.C.O.B.V. Portuguesas	204 660	-	1 378	203 282	364	203 646	2%
M.C.O.B.V. Estados Membros UE	5 261 598	28 637	5 365	5 284 870	16 260	5 301 130	64%
O.M.Regulamentados Estados UEs	399 544	1 842		401 386	11	401 397	5%
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE	1 717 902	4 676	7 445	1 715 133	2 520	1 717 653	21%
<b>2. OUTROS VALORES</b>	650 000	-	-	650 000	114	650 114	8%
<b>TOTAL</b>	<b>8 233 703</b>	<b>35 155</b>	<b>14 188</b>	<b>8 254 670</b>	<b>19 269</b>	<b>8 273 939</b>	<b>100%</b>

## INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em Euro)

Rendimentos	
Rendimento do investimento	-
Outros rendimentos	27.860
As mais-valias de investimentos	25.957
Custos	
Custos de gestão	(24.169)
Custos de depósito	(6.042)
Outros encargos, taxas e impostos	(11.174)
As menos-valias de investimentos	(40.454)
Custos de negociação	(417)
Lucro líquido	(28.439)
Lucros distribuídos	
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	2.446.383
Resgates	(2.606.554)

## VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(Valores em Euro)

	CA CURTO PRAZO	
	Valor Líquido Global do Fundo	Valor Unitário da UP
<b>31.12.2019</b>	18.546.195	4,9993
<b>31.12.2020</b>	16.385.100	4,9788
<b>30.06.2021</b>	16.196.491	4,9701

## OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

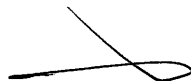
(Valores em Euro)

Descritivo	31.12.2020	Compras	Vendas	+/- Valias	30.06.2021
Operações Cambiais					
Operações Sobre Taxas de Juro	(270.360)	54.122.470	(54.254.560)	1.536	(402.450)
Operações Sobre Cotações					

## Balanço

---

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021



(valores em Euro)

BALANÇOS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

ATIVO						PASSIVO			
		30.06.21			31.12.20			Períodos	
Código	Designação	Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Código	Designação	30.06.21	31.12.20
<b>Outros Ativos</b>									
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					61	Capital do OIC		
33	Ativos Intangíveis das SIM					62	Unidades de Participação	16 294 153	16 454 937
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>					64	Variações Patrimoniais	128 192	127 579
						65	Resultados Transítidos	(197 416)	(96 365)
						66	Resultados Distribuídos		
21	<b>Carteira de Títulos</b>					67	Dividendos Antecipados das SIM		
22	Obrigações	7 583 703	35 155	(14 188)	7 604 670	66	Resultados Líquidos do Período	(28 439)	(101 051)
23	Ações						<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>16 196 491</u>	<u>16 385 100</u>
24	Outros Títulos de Capital								
25	Unidades de Participação								
26	Direitos								
	Outros Instrumentos da Dívida	650 000			650 000				
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>8 233 703</u>	<u>35 155</u>	<u>(14 188)</u>	<u>8 254 670</u>				
31	<b>Outros Ativos</b>								
	Outros ativos								
	<i>Total de Outros Ativos</i>								
411+...+418	<b>Terceiros</b>								
	Contas de Devedores	316 292			316 292				
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>316 292</u>			<u>316 292</u>				
	<b>Disponibilidades</b>								
11	Caixa								
12	Depósitos à Ordem	728 439			728 439				
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	7 017 000			7 017 000				
14	Certificados de Depósito								
18	Outros Meios Monetários								
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>7 745 439</u>			<u>7 745 439</u>				
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>								
51	Acréscimos de Proveitos	20 633			20 633				
52	Despesas com Custo Diferido								
53	Outros acréscimos e diferimentos	85			85				
59	Contas transitórias ativas								
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>20 718</u>			<u>20 718</u>				
	<i>TOTAL DO ATIVO</i>	<u>16 316 152</u>	<u>35 155</u>	<u>(14 188)</u>	<u>16 337 119</u>			<u>16 337 119</u>	<u>16 396 579</u>
	<i>Total do Número de Unidades de Participação em circulação</i>				<u>3 258 831</u>			<u>4.9701</u>	<u>4.9788</u>

(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

DIREITOS SOBRE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos	
		30.06.21	31.12.20
	<b>Operações Cambiais</b>		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Cotações</b>		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Compromissos de Terceiros</b>		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	402 450	270 360

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
Código	Designação	Períodos	
		30.06.21	31.12.20
	<b>Operações Cambiais</b>		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Operações Sobre Taxas de Juro</b>		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	402 450	270 360
	<i>Total</i>	402 450	270 360
	<b>Operações Sobre Cotações</b>		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	<b>Compromissos Com Terceiros</b>		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	402 450	270 360
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		

## Demonstração dos Resultados

---

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021

(valores em Euro)

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM JUNHO DE 2021 E JUNHO DE 2020

CUSTOS E PERDAS			
Código	Designação	Períodos	
		30.06.21	30.06.20
	<b>Custos e Perdas Correntes</b>		
	Juros e Custos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes		0
719	De Operações Extrapatrimoniais		
	Comissões e Taxas		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	417	495
724+...+728	Outras Operações Correntes	32 769	32 854
729	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	25 104	173 214
731+738	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	15 350	44 019
	Impostos		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos		
7411+7421	Patrimoniais		
7412+7422	Impostos Indirectos	5 278	5 246
7418+7428	Outros impostos		
	Provisões do Exercício		
751	Provisões para Encargos		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	3 337	2 127
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>82 257</u>	<u>257 955</u>
79	Outros custos e perdas das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>		
	<b>Custos e Perdas Eventuais</b>		
781	Valores Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		
66	<b>Resultado Líquido do Período (se&gt;0)</b>		
	<b>TOTAL</b>	<u>82 257</u>	<u>257 955</u>
(8*1/2/3)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	9 663	(128 221)
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	1 617	(17 454)
B-A	Resultados Correntes	(28 439)	(182 527)

PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos	
		30.06.21	30.06.20
	<b>Proveitos e Ganhos Correntes</b>		
	Juros e Proveitos Equiparados		
812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	26 195	29 397
811+814+827+818	De Operações Correntes	1 666	3 366
819	De Operações Extrapatrimoniais		
	Rendimento de Títulos		
822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Ganhos em Operações Financeiras		
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	8 990	16 091
831+838	Outras Operações Correntes		
839	Em Operações Extrapatrimoniais	16 967	26 565
	Reposição e Anulação de Provisões		
851	Provisões para Encargos		
87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0	0
	<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>53 818</u>	<u>75 419</u>
89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	<b>Proveitos e Ganhos Eventuais</b>		
881	Recuperação de Incobráveis		
882	Ganhos Extraordinários		
883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais		9
	<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>		<u>9</u>
66	<b>Resultado Líquido do Período (se&lt;0)</b>	<u>28 439</u>	<u>182 527</u>
	<b>TOTAL</b>	<u>82 257</u>	<u>257 955</u>
F - E	Resultados Eventuais		9
B+F-A-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	(28 439)	(182 527)
B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	(28 439)	(182 527)

## Demonstração de fluxos de caixa

---

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021



(valores em Euro)

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Data: 30.06.21

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	30-jun-21		30-jun-20	
<b>OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC</b>				
RECEBIMENTOS:		2 446 383		1 916 470
Subscrição de unidades de participação	2 446 383		1 916 470	
...				
PAGAMENTOS:		2 584 098		5 439 020
Resgates de unidades de participação	2 584 098		5 439 020	
Rendimentos pagos aos participantes				
...				
<b>Fluxo das operações sobre as unidades do OIC</b>		(137 715)		(3 522 550)
<b>OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos</b>				
RECEBIMENTOS:		7 767 923		10 635 326
Venda de títulos e outros ativos	3 411 925		7 516 704	
Reembolso de títulos e outros ativos	4 250 000		3 070 000	
Resgates de unidades de participação noutros OIC				
Rendimento de títulos e outros ativos				
Vendas de títulos e outros ativos com acordo de recompra				
Juros e proveitos similares recebidos	105 997		48 622	
...				
Outros recebimentos relacionados com a carteira				
PAGAMENTOS:		7 828 623		9 351 995
Compra de títulos e outros ativos	7 826 816		9 350 395	
Subscrições de títulos				
Subscrições de unidades de participação noutros OIC				
Comissões de bolsa suportadas				
Vendas de títulos com acordo de recompra				
Juros e custos similares pagos				
Comissões de corretagem	35		495	
Outras taxas e comissões	1 772		1 104	
...				
Outros pagamentos relacionados com a carteira				
<b>Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos</b>		(60 700)		1 283 331
<b>OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS</b>				
RECEBIMENTOS:		29 238		62 626
Juros e proveitos similares recebidos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	16 886		25 828	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	12 351		36 798	
Comissões em contratos de opções				
Outras comissões				
....				
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas				
PAGAMENTOS:		33 710		83 049
Juros e custos similares pagos				
Operações cambiais				
Operações de taxa de juro	15 350		44 019	
Operações sobre cotações				
Margem inicial em contratos de futuros e opções	13 440		39 030	
Comissões em contratos de opções				
....				
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	4 920			
<b>Fluxo das operações a prazo e de divisas</b>		(4 472)		(20 423)

(valores em Euro)

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Data:

30.06.21

DISCRIMINAÇÃO DE FLUXOS	30-jun-21		30-jun-20	
<b>OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE</b>				
RECEBIMENTOS:		1 648		3 700
Cobranças de crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros de depósitos bancários	1 648		3 700	
Juros de certificados de depósito				
Contração de empréstimos				
Comissões em operações de empréstimo de títulos				
....				
Outros recebimentos correntes				
PAGAMENTOS:		30 469		38 849
Despesas com crédito vencido				
Compras com acordo de revenda				
Juros devedores de depósitos bancários				
Comissão de gestão	18 442		26 327	
Comissão de depósito	6 275		6 582	
Taxa de supervisão	1 433		1 412	
Impostos e taxas	3 997		4 440	
Reembolso de empréstimos				
....				
Outros pagamentos correntes	322		88	
<b>Fluxo das operações de gestão corrente</b>		(28 821)		(35 150)
<b>OPERAÇÕES EVENTUAIS</b>				
RECEBIMENTOS:		0		9
Ganhos extraordinários				
Ganhos imputáveis a períodos anteriores				
Recuperação de incobráveis				
....				
Outros recebimentos de operações eventuais			9	
PAGAMENTOS:		0		0
Perdas extraordinárias				
Perdas imputáveis a períodos anteriores				
....				
Outros pagamentos de operações eventuais				
<b>Fluxo das operações eventuais</b>		0		9
<b>SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)</b>		(231 708)		(2 294 782)
<b>DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)</b>		7 977 147		8 842 911
<b>DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)</b>		7 745 439		6 548 129

## Anexo às demonstrações financeiras

---

REFERENTE AO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021



## INTRODUÇÃO

A constituição do CA Curto Prazo – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 18 de fevereiro de 2016, tendo iniciado a sua atividade em 1 de abril de 2016.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Caixa Central – Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida pelo Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua representação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras.

### 1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é constituído por unidades de participação, aberto aos participantes titulares de cada uma das unidades, com um valor inicial de subscrição de mil escudos cada (quatro euros e noventa e nove cêntimos), à data do início do OIC.

O valor da unidade de participação, para efeitos de subscrição, é o valor da primeira avaliação subsequente ao dia da subscrição.

O preço de reembolso tem como subjacente o mesmo cálculo, tendo como base o valor do património líquido do OIC, do sai seguinte ao do pedido de reembolso.

Durante o período findo em 30 de junho de 2021, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)							
Descrição	31.12.2020	Subscrições	Resgates	Distribuição de Resultados	Outros	Resultados do Exercício	30.06.2021
Valor base	16 454 937	2 459 592	(2 620 376)				16 294 153
Diferença p/Valor Base	127 579	( 13 209)	13 822				128 193
Resultados acumulados	( 96 365)			-	( 101 051)		( 197 416)
Resultados do período	( 101 051)				101 051	( 28 439)	( 28 439)
SOMA	16 385 100	2 446 383	(2 606 554)	-	-	( 28 439)	16 196 491
Nº de Unidades participação	3 290 987	491 918	( 524 075)				3 258 831
Valor Unidade participação	4.9788	4.9732	4.9737				4.9701

Em 30 de junho de 2021 existiam 4 524 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2021	30-06-21	4.9701	16 196 491	3 258 831
	31-05-21	4.9708	16 333 905	3 285 988
	30-04-21	4.9715	16 341 903	3 287 144
	31-03-21	4.9722	16 241 025	3 266 429
	28-02-21	4.9741	16 191 414	3 255 170
	31-01-21	4.9766	16 090 504	3 233 273
Ano 2020	31-12-20	4.9788	16 385 100	3 290 987
	30-09-20	4.9679	15 567 721	3 133 710
	30-06-20	4.9522	14 836 080	2 995 887
	31-03-20	4.8932	15 267 885	3 120 259
Ano 2019	31-12-19	4.9993	18 546 195	3 709 819
	30-09-19	5.0023	17 921 880	3 582 749
	30-06-19	4.9950	18 428 788	3 689 494
	31-03-19	4.9605	19 374 998	3 905 898

Em 30 de junho de 2021, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes
UPs ≥ 25%	-
10% ≤ UPs < 25%	-
5% ≤ UPs < 10%	-
2% ≤ UPs < 5%	1
0.5% ≤ UPs < 2%	20
UPs < 0.5%	1 044
TOTAL	1 065

### 3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2021, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	(valores em Euro)	
					Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
M.C.O. B.V. Portuguesas						
-Obrigações diversas						
NOS SGPS 1.125 02/05/23	204 660	-	(1 378)	203 282	364	203 646
	204 660	-	(1 378)	203 282	364	203 646
M.C.O. B.V. Estados Membros UE						
-Títulos dívida Pública						
CCTS EU Float 15/01/25	210 528	272	-	210 800	1 220	212 020
CCTS EU Float 15/02/24	199 978	2 762	-	202 740	172	202 912
	410 506	3 034	-	413 540	1 392	414 932

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
<b>1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS</b>						
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
AT&T Inc 2.4% 15/03/24	214 616	-	(2 256)	212 360	1 407	213 767
Amadeus IT Group SA Float 09/02/23	200 202	46	-	200 248	34	200 282
Banco Santander SA Float 29/01/26	200 000	746	-	200 746	50	200 796
Bayer AG 0.05% 12/01/25	100 148	-	(313)	99 835	23	99 858
Bayer Capital Corp Float 26/06/22	99 576	773	-	100 349	0	100 349
CaixaBank SA 0.625% 01/10/24	200 340	2 964	-	203 304	932	204 236
Carrefour Banque Float 12/09/23	300 700	1 340	-	302 040	16	302 056
Credit Agricole London Float 06/03/23	298 981	3 422	-	302 403	11	302 414
Daimler AG Float 03/07/24	197 396	3 948	-	201 344	-	201 344
EWWE AG 5.25% 16/07/21	100 268	-	(64)	100 204	5 020	105 224
FCA Bank SPA Ireland 0% 16/04/24	199 925	105	-	200 030	-	200 030
Fresenius SE & CO KGAA 1.875% 15/02/25	213 560	-	(280)	213 280	1 387	214 667
Goldman Sachs Group Float 09/09/22	200 950	-	(748)	200 202	10	200 212
Goldman Sachs Group Inc Float 19/03/26	101 418	398	-	101 816	14	101 830
HSBC Holding PLC 0.121% 05/10/23	200 758	76	-	200 834	-	200 834
Ing Groep NV float 20/09/23	300 110	4 660	-	304 770	23	304 793
Intesa Sanpaolo SPA Float 03/03/23	203 300	674	-	203 974	160	204 134
KUTXABANK 0.5% 25/09/24	99 421	2 092	-	101 513	381	101 894
Lloyds Banking Group Float 21/06/24	201 364	1 336	-	202 700	12	202 712
MERLIN PROPERTIES SOCIMI 1.75% 26/05/25	210 582	610	-	211 192	336	211 528
MedioBanca SPA Float 18/05/22	200 000	986	-	200 986	60	201 046
Pko Bank Polski SA 0.75% 25/07/21	100 850	-	(811)	100 039	699	100 738
Terega SA 4.339% 07/07/21	100 105	-	(44)	100 061	4 256	104 317
Upjohn Finance BV 1.023% 23/06/24	206 540	-	(850)	205 690	39	205 729
Volkswagen Leasing GMBH 0 19/07/24	99 820	125	-	99 945	-	99 945
Vonovia Finance BV Float 22/12/22	300 162	1 302	-	301 464	-	301 464
	4 851 092	25 603	(5 365)	4 871 330	14 868	4 886 198
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>						
-Obrigações diversas						
Acea FLOAT 08/02/23	199 544	1 230	-	200 774	-	200 774
Renaul Float 14/03/22	200 000	612	-	200 612	11	200 623
	399 544	1 842	-	401 386	11	401 397
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
Banco Bilbao Viscaya Float 09/03/23	197 771	3 663	-	201 434	6	201 440
Bank of America Corp Float 24/08/25	203 636	-	(100)	203 536	94	203 630
Barclays Plc Float 12/05/26	152 126	741	-	152 867	95	152 962
Credit Suisse Group AG Float 16/01/26	354 522	-	(2 230)	352 293	337	352 629
Imperial Brands Fin Plc 1.125% 14/08/23	204 996	-	(846)	204 150	1 973	206 123
LSEG Netherlands BV 0% 06/04/25	100 084	-	(33)	100 051	-	100 051
Natwest Markets PLC Float 27/09/21	200 120	272	-	200 392	4	200 396
UBS Float 20/09/22	304 647	-	(4 236)	300 411	12	300 423
	1 717 902	4 676	(7 445)	1 715 133	2 520	1 717 653
<b>2. OUTROS VALORES</b>						
<i>Outros instrumentos de dívida</i>						
-Papel comercial						
Brisa - Concessão Rodoviária - 2ª EM PC 22/06/21 - 30/07/21	100 000	-	-	100 000	-	100 000
Brisa - Concessão Rodoviária - 4ª EM PC 11/06/21 - 09/07/21	50 000	-	-	50 000	-	50 000
EDA 279 EM PC 07/06/21 - 07/07/21	50 000	-	-	50 000	-	50 000
EDA 281 EM PC 28/06/21 - 28/07/21	50 000	-	-	50 000	-	50 000
EDA 41 EM PC 21/06/21 - 21/07/21	50 000	-	-	50 000	-	50 000
EDA 9 EM PC 24/06/21 - 26/07/21	50 000	-	-	50 000	-	50 000
Luz Saúde, SA 19 EM PC 21/04/21 - 21/07/21	50 000	-	-	50 000	73	50 073
Luz Saúde, SA 20 EM PC 26/05/21 - 26/08/21	50 000	-	-	50 000	36	50 036
Reg. Autón. Açores 6ª EM PC 05/05/21 - 02/11/21	50 000	-	-	50 000	-	50 000
Reg. Autón. Açores 7ª EM PC 14/06/21 - 13/09/21	50 000	-	-	50 000	-	50 000
SOGRAPE 18 EM PC 19/05/20 - 23/07/21	50 000	-	-	50 000	-	50 000
SUGAL Alimentos SA 8 EM PC 09/06/21 - 09/07/21	50 000	-	-	50 000	4	50 004
	650 000	-	-	650 000	114	650 114
<b>TOTAL</b>	<b>8 233 703</b>	<b>35 155</b>	<b>(14 188)</b>	<b>8 254 670</b>	<b>19 269</b>	<b>8 273 939</b>

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o período findo em 30 de junho de 2021 foi o seguinte:

(valores em Euro)				
Descrição	31.12.2020	Aumentos	Reduções	30.06.2021
Depósitos à ordem	2 252 147	12 709 750	14 233 458	728 439
Depósitos a prazo e com pré-aviso	5 725 000	3 285 000	1 993 000	7 017 000
<b>TOTAL</b>	<b>7 977 147</b>	<b>15 994 750</b>	<b>16 226 458</b>	<b>7 745 439</b>

#### 4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através da Lei nº 16/2015, de 24 de fevereiro, a qual aprova o novo Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Coletivo, republicado através do Decreto-Lei 144/2019, de 23 de setembro.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

##### Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

##### Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do



- dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.
- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
  - f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
    - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
  - g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
  - h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
    - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
    - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
  - i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
  - j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

### Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a

comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os Fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo Fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.

## 10. RESPONSABILIDADES

A 30 de junho de 2021 o OIC tem contratado junto da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo uma conta corrente no valor de 1.501.466€, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se assim como uma responsabilidade potencial.

## 12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2021, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				(Valores em Euro)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	Saldo (A)+(B)
de 0 a 1 ano	310 279	-	-	( 402 450)	-	( 92 171)
de 1 a 3 anos	1 029 295	-	-	-	-	1 029 295
de 3 a 5 anos	1 032 178	-	-	-	-	1 032 178

## 14. PERDAS POTENCIAIS EM PRODUTOS DERIVADOS

De acordo com o artigo 17º do regulamento da CMVM 2/2015, o cálculo da exposição global em instrumentos financeiros derivados é efetuado através da abordagem baseada nos compromissos.

## 15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2021 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)		
Custos	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	25 135	0.15%
Comissão de Depósito	6 284	0.04%
Taxa de Supervisão	1 169	0.01%
Custos de Auditoria	3 337	0.02%
Outros Custos Correntes	1 773	0.01%
<b>TOTAL</b>	<b>37 698</b>	
<b>TAXA DE ENCARGOS CORRENTES</b>	<b>0.23%</b>	

(1) Média relativa ao período de referência

## Relatório de Auditoria

---

8

## Relatório de Auditoria

### Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto CA Curto Prazo (o "OIC") sob gestão da IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. ("Entidade Gestora"), que compreendem o balanço em 30 de junho de 2021 (que evidencia um total de 16 337 119 euros e um total de capital do OIC de 16 196 491 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 28 439 euros), a demonstração dos resultados, e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de 6 meses findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Investimento Mobiliário Aberto CA Curto Prazo, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de 6 meses findo naquela data de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.



## Valorização da carteira de investimentos

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>A carteira de investimentos, conforme discriminado na Nota 3 do anexo às demonstrações financeiras, representa, à data de 30 de junho de 2021, cerca de 51% do valor do ativo.</p> <p>Conforme referido na Nota 4 do anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros encontram-se valorizados ao seu valor de mercado, em conformidade com o Regulamento de Gestão, que tem por base o disposto no Regulamento CMVM nº 2/2015 (replicado pelo Regulamento da CMVM nº3/2020).</p> <p>Desta forma, esta matéria foi considerada uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos e ao grau de julgamento subjacente à seleção da base de mensuração para cada natureza de investimentos, da qual poderão resultar variações nos montantes registados nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação do sistema de controlo interno subjacente ao processo de valorização, com enfoque sobre a atribuição de responsabilidades e segregação de funções na determinação das metodologias aplicadas, definição de fontes de valorização, controlo sobre a sua antiguidade e análises sobre variação de preços;</li> <li>• Avaliação sobre a adequacidade das metodologias e pressupostos utilizados face ao normativo regulamentar e legal;</li> <li>• Recálculo do valor de mercado com recurso a fontes de informação de preços externas e sua comparação com os preços utilizados pela Entidade Gestora, analisando quaisquer diferenças significativas, e</li> <li>• Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável.</li> </ul>

## Disponibilidades

Descrição da matéria relevante de auditoria	Abordagem e resposta de auditoria
<p>As disponibilidades, conforme discriminado na Nota 3 do anexo às demonstrações financeiras, representam, à data de 30 de junho de 2021, cerca de 47% do valor do ativo.</p> <p>Não obstante a ausência de julgamento por parte da Gestão associada a esta matéria, este tema foi considerado uma matéria relevante de auditoria face à materialidade dos valores envolvidos.</p>	<p>Por forma a darmos resposta aos riscos identificados, entre os procedimentos de auditoria realizados destacamos os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação do sistema de controlo interno subjacente ao processo de reconciliações periódicas entre os saldos apresentados pelos Bancos e os montantes relevados contabilisticamente;</li> <li>• Teste às reconciliações bancárias com referência a 30 de junho de 2021, o qual</li> </ul>



---

incluiu a confirmação dos montantes relevados contabilisticamente com os constantes nas respostas aos pedidos de confirmação externa recebidos, com referência a essa data;

- Confronto entre as contas relevadas contabilisticamente e as apresentadas na Base de dados de contas do banco de Portugal, analisando eventuais divergências, e
  - Avaliação sobre a adequação das divulgações do OIC considerando o referencial contabilístico aplicável.
- 

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com as normas contabilísticas aplicáveis aos Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários em Portugal;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade Gestora descontinue as atividades do OIC;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quias as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

## **Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**

### **Sobre o relatório de gestão**

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

### **Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014**

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do OIC pela primeira vez pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em 28 de maio de 2019 para um mandato compreendido entre os anos de 2019 e 2020. Fomos nomeados pelo Conselho de Administração da Entidade Gestora em 30 de junho de 2021 para um novo mandato compreendido entre os anos de 2021 e 2023;
- O órgão de gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC em 30 de agosto de 2021;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao OIC e respetiva Entidade Gestora, durante a realização da auditoria.

### **Sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo**

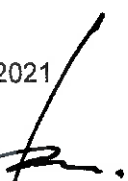
Nos termos do n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo, aprovado pela Lei n.º 16/2015, de 24 de fevereiro (república pelo Decreto-Lei n.º 144/2019, de 23 de setembro), deve o Revisor Oficial de Contas pronunciar-se sobre o seguinte:

- O adequado cumprimento das políticas de investimentos e de distribuição dos resultados definidas no regulamento de gestão do Organismo de Investimento Coletivo;
- A adequada avaliação efetuada pela entidade responsável pela gestão dos ativos e passivos do Organismo de Investimento Coletivo, em especial no que respeita aos instrumentos financeiros transacionados fora de mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral e aos ativos mobiliários;

- O controlo das operações com as entidades referidas no n.º 1 do artigo 147.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O cumprimento dos critérios de valorização definidos nos documentos constitutivos e o cumprimento do dever previsto no n.º 7 do art.º 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo;
- O controlo das operações realizadas fora do mercado regulamentado e de sistema de negociação multilateral;
- O controlo dos movimentos de subscrição e de resgate das unidades de participação;
- O cumprimento dos deveres de registo relativos aos ativos não financeiros, quando aplicável.

Sobre as matérias indicadas não identificámos situações materiais a relatar.

Lisboa, 30 de agosto de 2021



---

Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.  
Representada pelo Dr. Fernando Jorge Marques Vieira (Revisor Oficial de Contas nº 564)